

Os Arquivos, a Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais

Thiago Henrique Bragato Barros

sean.vogel@gmail.com

Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP.

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Resumo: A Arquivística enquanto área tem passado nos últimos 30 anos por mudanças profundas em seu universo prático e teórico. Essas transformações assim, como aquelas que estabeleceram a disciplina durante o século XIX, e que a reorganizaram na década de 1950, foram fundamentais para o atual estágio da área. Busca-se com este artigo a descrição de elementos históricos do percurso da Arquivística, a fim de demarcar aspectos discursivo-conceituais da área. Abordam-se aspectos da Arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva, de teóricos da arquivística responsáveis, em um primeiro momento, pela enunciação da teoria arquivística. Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, calcando-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional, e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidada.

Palavras-chave: Análise do Discurso; História Arquivística; Epistemologia.

Archives, Archival Science and Discourse: some historical and conceptual marks

Abstract: The Archival Science field has experienced in the past 30 years profound changes in its practical and theoretical universe. These changes, as well as those who established the discipline during the nineteenth century, and that the rearranged in the 1950s, were fundamental to the current field stage. We seek with this article describe historical elements of the Archival Science in order to demarcate discursive and conceptual aspects of the field. We cover Archival Science aspects through analysis, sometimes historical, sometimes discursive by key authors responsible in the first instance by the enunciation of archival theory and methodology and as part of a second phase, we discuss about the expansion and multiplicity of the latest archival theory exploring the Brazilian universe, representing a more recent territory of theoretical and professional development and the Canadian universe, representing an place with more consolidated theoretical discussion and practical application of the policies established post-1980

Key words: Discourse Analysis; Archival Science History; Epistemology.

Introdução

A Arquivística, enquanto disciplina científica, tem passado nos últimos 30 anos por mudanças profundas em seu universo prático e teórico. Essas transformações, assim como aquelas que estabeleceram a disciplina durante o século XIX, e que a rearranjaram na década de 1950, são frutos de mudanças na maneira pela qual a sociedade produz, usa, compartilha e compreende documentos administrativos, jurídicos, literários, dentre outros relacionados à esfera institucional dos arquivos.

A ampliação e revisão teórica que corre na atualidade teórica-prática da área, sinaliza uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, à medida que as instituições modificaram como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo, de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia, apresentando-se como um dos maiores desafios para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro. Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando nos documentos que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar também, que a construção e percurso da Arquivística enquanto teoria e prática esteve, desde seu início, em maior ou menor grau, atrelada à construção da historiografia, à medida que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e servem como fontes para a construção do passado no presente, e *como* os historiadores escreveram e escrevem história refletiu na organização dos arquivos e na construção de sua teoria. Esse seria, portanto, um primeiro estágio de seu desenvolvimento teórico, que irá permanecer em maior ou menor grau em todos os estágios de seu desenvolvimento.

A partir da década de 1950 outras áreas irão aproximar-se dos arquivos e dos arquivistas, as mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no mundo pós Segunda Guerra Mundial, irão influenciar na aproximação entre a administração e a Arquivística e áreas correlacionadas, como pode ser notado nas obras de W. K. Lamb, no Canadá, Theodore R. Shellenberg, nos Estados Unidos, Peter Scott, na Austrália, e Robert-Henri Bautier, na França, que irão buscar ampliar maneiras de encarar antigas práticas, como é o caso de

Bautier em relação à Diplomática, ou apresentar novas maneiras de organização e compreensão dos arquivos, como é o caso da obra de Peter Scott e o *series system*, e também, estabelecer políticas e princípios relacionados à avaliação e gestão, como é o caso de W. K. Lamb e Theodore R. Shellenberg.

Existirá, então, a partir da década de 1950 uma *ampliação* teórica que irá refletir na prática arquivística durante as décadas de 1960 e 1970 levando a diversificação das relações disciplinares e profissionais dos arquivistas ao redor do mundo, relacionando-se com a administração, com o surgimento da avaliação e a gestão documental, a informática e reprografia, com o aumento do uso dos cartões perfurados e microfimes e também, uma aproximação em maior ou menor grau, dependendo da realidade de cada país entre os bibliotecários, arquivistas e curadores de museus.

Nesta breve descrição do percurso da Arquivística até a década de 1970, é possível dizer que os arquivos e a Arquivística estão, portanto, relacionados a uma gama institucional muito maior do que aquela tradicionalmente estabelecida e difundida nos manuais e dicionários técnicos da área.

Na medida em que as relações entre os arquivos e a sociedade vão tornando-se mais complexas, a realidade profissional e técnica deverão responder de algum modo a essa complexidade. Assim, quando estamos falando de buscar compreender a prática e teoria Arquivística, por um viés discursivo, buscamos descrever e ilustrar essas relações, nem sempre tão claras, entre os arquivos, a História, a Administração, a Informática e a Ciência da Informação e também, as relações que estabelecem entre os arquivistas, bibliotecários, gestores, sistemas de informação, ou seja, uma gama de profissionais especializados que só tende a aumentar.

Dentro da pluralidade teórica da Arquivística atual, destacam-se os estudos autores que buscam uma reaproximação da Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios da História e das Ciências Humanas por meio de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da Arquivística. Pode-se citar também, autores que buscaram estabelecer um estrato científico à atividades arqui-

vísticas, como David Bermman, Chris Hurley e Verne Harris, destacados como figuras importantes desta iniciativa. Destaca-se também, os esforços de redefinição e rearranjo dos princípios tradicionais da área, como, por exemplo, autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

Assim, Arquivística e os arquivos, são, portanto, na atualidade, uma área e uma instituição que estabelecem uma série de justaposições práticas e teóricas. Atravessada transversalmente por relações científico-profissionais, que refletiram e reiteram em maior ou menor grau no desenvolvimento de métodos, políticas e técnicas relacionadas a aquisição, organização, seleção, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

Busca-se neste artigo abordar aspectos histórico-conceituais da Arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva, de teóricos da arquivística responsáveis, em um primeiro momento pela enunciação da teoria arquivística, como o caso das obras *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)*

de Muller, Feith, e Fruin; *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* de Sir Hillary Jenkinson; e *Modern Archives: Principles and Techniques* de Theodore R. Schellenberg.

Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, não mais calcada em grandes manuais que buscam cobrir o assunto da teoria de tratamento de arquivos de maneira totalizante, mas de uma ótica da especialização dos arquivistas e de sua teoria, que ocorre/ocorreu nos últimos 30 anos. Por fim metodológico, calca-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional, e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidada.

Elementos de análise do discurso: parâmetros para a análise

Tratando-se de um estudo que busca demonstrar as estruturas do pensamento produzido pelos arquivos e pela Arquivística, poderíamos abordar o tema baseando-se em uma série de

metodologias, tradicionalmente utilizadas em estudos de ordem epistemológica.

Optou-se por utilizar a Análise do Discurso (doravante denominada AD), enquanto aporte metodológico, à medida que a área tem o por objetivo o estudo das estruturas discursivas e ideológicas nas produções textuais, levando a construção e o estabelecimento de relações inovadoras entre os textos e discursos estudados.

Abordam-se alguns elementos conceituais básicos da área, a fim de deixar claro como podem ser produzidas análises discursivas, sinalizando o percurso da disciplina do discurso nos seus 50 anos de existência.

Um ponto fundamental para isso é que, ao chegar ao Brasil, a AD já não era a mesma no momento de sua implantação (início da década de 80), a ordem dos textos de Michel Pêcheux e seu grupo, lidos no Brasil, não correspondeu ao percurso gradual e militante realizado na França entre os anos de 1969 e 1983. Textos da década de 80 eram (e ainda o são) lidos antes e paralelamente aos textos do final da década de 60, num gesto de prolongamento/complementação, que muitas vezes dificulta o entendimento e coloca

pensamentos díspares em um mesmo arcabouço conceitual, como por exemplo, autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

A AD assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX, foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, majoritariamente as Ciências Sociais e a Linguística, porém, seu objeto e objetivo são únicos, uma vez que, parafraseando Pêcheux (2008), é pela atuação do sujeito que se constrói o discurso e é só por meio da ideologia que se constrói o sujeito.

Desta forma, as relações com o objeto em AD funcionam na relação língua-discurso-ideologia. A definição de discurso, não se relaciona em nada com a noção elementar de mensagem, entendimento comum na área da comunicação.

Orlandi define discurso como:

desse modo, diremos que não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2007, p.21)

O discurso é entendido na AD como um espaço aberto, partindo da língua, atravessado pela ideologia e

circunscrito por sua própria história. Na literatura sobre AD é possível encontrar, atrelado ao conceito de discurso, a metáfora relacionando o discurso com uma rede: o tecido discursivo.

Outro conceito fundamental para análise é o de *formação discursiva*, relacionado com um terceiro conceito o *enunciado*, esta relação se estabelece da seguinte maneira: “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, é uma proposição a um conjunto dedutivo”. (FOUCAULT, 1996, p.135).

Segundo Guespin (1971),

o enunciado é a sucessão de frases emitidas entres dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; **um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.** (GUESPIN, 1971 apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196, grifo nosso)

A relação simbólica que se estabelece entre o discurso e o enunciado é que permite a análise, na medida em que é por meio do enunciado que constrói a análise, possibilitando assim, a construção de um *corpus*, visando

descrever o conjunto de relações entre os enunciados e formações discursivas.

A noção de enunciado está relacionada com o conceito de formação discursiva (doravante FD) numa reação entre a enunciação e formação discursiva e atravessando esta relação tem-se o conceito de formação ideológica (doravante FI). O primeiro autor a iniciar a discussão pensando na noção de formação discursiva é Foucault e, posteriormente, essa noção torna-se parte dos conceitos básicos para compreensão da disciplina arquivística, devido a sua ampliação conceitual na obra de Pêcheux e de J. J. Coutine.

Courtine (1981) define a formação discursiva da seguinte maneira:

o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz de sentido” de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados (...). O nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal” Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema

de formação. (COURTINE, 1981 *apud* BRANDÃO, 1997, p.41)

A FD é a relação entre os enunciados, determinando o que pode ser dito, na medida em que, os enunciados estão inscritos historicamente, formando um conjunto de sentidos que se relacionam com a ideologia, que legitima e atua como um filtro aos sentidos. Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma *posição* circunscrita no espaço-tempo que pode claramente se relacionar.

A FD, portanto, é um conceito de conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia. É o espaço entre o que pode ser dito, devido ao contexto histórico, permeado pela ideologia, revelando que o sentido não está na palavra, na frase ou no texto, mas acontece na discursividade.

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados a partir de uma posição e de um lugar, e de sujeitos específicos. Por exemplo, encara-se aqui a Arquivística como uma formação discursiva e, encará-la como tal, é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos estão relacio-

nados pelos enunciados que produzem, e estes enunciados estão relacionados com o contexto ideológico, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço-tempo. Desta forma, a Arquivística, enquanto um espaço discursivo, nunca está finalizada, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia.

Assim, ao encará-la desta maneira, pode-se perceber que os métodos e políticas da disciplina estão sujeitos a um embate externo, e que a desconstrói e modifica sua prática institucionalizada. Deve-se acrescentar, ainda, que as políticas e métodos trabalhados na área só são possíveis a partir da posição histórica em que foram construídos, e o significado e sentido de uma política modifica-se à medida que a o sujeito ocupa posições diferentes no contexto. A FD é a posição do discurso no espaço-tempo.

Palavras iguais podem significar coisas diferentes, pois se inscrevem em formações discursivas diferentes e esta diferença ocorre porque são sujeitos e contextos diferentes, cabe então, ao analista do discurso observar as condições de produção dos textos e

remeter àquele enunciado uma determinada formação discursiva.

A FD é, portanto, o espaço em que a materialidade enunciativa tem a possibilidade de ser interpretada e compreendida a partir da posição histórica e ideológica que o sujeito encontra-se. Sobre a FI (Formação Ideológica) em específico, segundo Pêcheux, ela pode ser considerada:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações (PÊCHEUX, 1997, p. 166).

A Formação Ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva, as relações que a formação discursiva estabelece no nível de sua institucionalização, ela é a formação que atravessa e modifica a formação discursiva.

A FI é, então, um conjunto de práticas e atitudes circunscritas no espaço-tempo, que atravessa várias formações discursivas e interliga a rede discursiva. Pêcheux e Fuchs explicam a FI e sua ligação com as formações discursivas com o seguinte exemplo:

[...] a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da

ideologia dominante; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...) que, sob a figura da religião, intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a pregação camponesa reproduzida pelo “Baixo-Clero” no interior do campesinato, de outro o sermão do alto-clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas [...]. (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.167)

Existe no exemplo uma única FI, que permeia outros dois exemplos de FD, que dado a conjuntura apresentada pode conter um número bem maior de FDs. Pode-se ainda citar, por exemplo, a própria Arquivística. Como todas as disciplinas estão sujeitas aos acontecimentos externos a si próprias, e os embates entre o poder e o saber provocam mudanças em sua estrutura discursiva, analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

Portanto, para se analisar um discurso, é necessário um jogo de métodos comuns àquela formação discursiva, esta análise é mediada pela teoria do discurso, mas para se identificar/compreender um determinado discurso são necessários métodos

que são produzidos no interior daquela produção discursiva. Estes métodos são permeados pelas formações ideológicas e estão inscritos no espaço-tempo.

Pêcheux e Fuchs (1997) colocam que, para analisar-se o discurso, são necessários três campos articulados, determinando seu quadro epistemológico geral: Materialismo Histórico, Linguística e Teoria do Discurso. Além desses três campos é fundamental também, como é colocado por Pêcheux, o campo do sujeito, de natureza psicanalítico-ideológica, já que se deve pensar que o discurso é produto do texto contextualizado, mas evidentemente esse texto foi produto de sujeitos, que não são pessoas, são determinadas posições que se encaixam institucionalmente e que refletem particularidades com seu contexto linguístico e histórico.

A grande diferença entre a análise do discurso e a linguística clássica é de que, enquanto uma preocupa-se como as reações signo-sentido estáveis passíveis de regras, a AD interessa-se pela língua sendo utilizada; quando a língua é utilizada, mutações são provocadas, pelos sujeitos, pelas ideologias, enfim, pelas formações discursivas existentes (INDURSKY, 1997).

Pode-se afirmar que o discurso é passível de estudo, porque possui partículas que podem ser isoladas para análise. Essas partículas, os enunciados e o conjunto de enunciados devidamente contextualizados, transformam-se em formação discursiva, e esta formação discursiva é permeada pelo abstrato campo das formações ideológicas.

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux trata o discurso como acontecimento, dizendo que o discurso pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge.

Além disso, o discurso é o índice capaz de uma inquietação nas filiações sócio-históricas de identificação, na proporção em que ele forma, simultaneamente, um efeito dessas filiações e um trabalho “(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (2008, p. 56)”.

Pêcheux (2008) afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de “infeli-

cidade” no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao *outro*, objeto da identificação, que ocorre a variação.

O método de análise é complexo, pois todos os textos irão remeter a uma pluralidade de formações discursivas. Contudo, à medida que nos aproximamos do *corpus*, começamos a reconhecer alguns padrões de institucionalização discursiva e ideológica.

Do princípio a ampliação: a invenção da arquivística

A Arquivística quanto prática profissional moderna irá desenvolver-se a partir da Revolução Francesa, fazendo parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

Podem-se citar como exemplos, a independência dos Estados Unidos (1776-83), Irlanda (1782-84), Bélgica (1787-90) e Holanda (1783-87)¹. Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi o momento marcante na mudança da estrutura social no mundo ocidental, pois provocou alterações em toda a estrutura social do ocidente e dentre os

¹ Segundo Hobsbawn, E. J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

feitos da revolução, relacionados à autonomia e à construção da democracia moderna, está o estabelecimento do acesso aos cidadãos aos documentos públicos, neste primeiro momento, relacionado aos documentos do antigo regime e medievais.

A Revolução Francesa é, assim, a revolução de seu tempo e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie (HOBSBAWN, 2008, p.13)

Evidentemente, que existiram antecedentes à Revolução Francesa e o estabelecimento dos Arquivos Nacionais, mas é a partir desta ação que se instaura os arquivos enquanto um espaço público, iniciando o desenvolvimento de métodos para a organização e acesso a esses documentos. Algo que fica claro no percurso da Arquivística e dos arquivos é que, a difusão e usos pressupõem um estado democrático, que possibilita o acesso e uso de seus documentos públicos.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos tem seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esse manual instaura a formação discursiva da Arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente,

sintetizados nessa publicação. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, atingindo arquivistas ao redor do mundo. Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen (2003, p. 249, *tradução nossa*), em artigo publicado referente ao centenário do manual holandês, “*O manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia” Essa citação reforça a importância dada a esta obra pela comunidade arquivística internacional, apesar de ser uma das bases da Arquivística, existiu por trás de sua publicação o desenvolvimento de uma política de organização e acesso aos documentos arquivísticos.

Segundo Ketelaar Horsman & Thomassen,

durante o século XVIII, a administração holandesa começou a considerar os arquivos como uma fonte de conhecimento da história de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados. (KETELAAR HORSMAN & THOMASSEN, 2003, p.249, *tradução nossa*)

Segundo os autores, isso se deve às mudanças que aconteceram na Holanda no fim do século XVIII, porque a República dos Países Baixos foi substituída pela República do Báltavo, fazendo com que os arquivos

do antigo regime perdessem sua função administrativa e devido ao desenvolvimento na Europa do positivismo histórico de Leopold von Ranke, serão considerados documentos históricos e coube aos arquivistas-historiadores reunir e organizar a documentação do antigo regime.

A arquivística irá influenciar-se profundamente desta visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la, o manual holandês de Muller, Feith e Fruin.

Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados de Ranke que viam a escrita da história como o que 'tinha acontecido (RAIDER, 2009, p.145, *tradução nossa*).

Taylor (1984, p.26, *tradução nossa*) ironiza: "o modelo de Ranke como um protótipo, minando as ricas veias da prova documental e encontra uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor"

Essa mudança de cenário provocou a evolução da Arquivística Holandesa. No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico holandês. Num momento

posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas-historiadores holandeses com as ideias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook, em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte aceção a respeito do livro holandês:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foram formalmente discutidas pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação a regras, é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as idéias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido a seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda. (COOK, 1997, p. 21, tradução nossa)

Esse manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Décadas mais tarde, outro autor irá marcar o campo teórico dos arquivos e da Arquivística, Hilary Jenkinson irá publicar outro "manual" que irá apoiar-se princi-

palmente no manual holandês no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência frente ao *Public Record Office*. Diferente do manual holandês, uma obra coletiva e institucional, estamos falando de uma obra individual.

Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho desenvolvido com os medievais especificar no arquivo inglês, estudando paleografia e diplomática², esse dado irá influenciá-lo durante toda a sua carreira profissional. Pode-se considerar Jenkinson o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como, por exemplo, em uma biografia do autor:

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto à Verdade que o mundo moderno produz. (DAVIS *apud* COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa)

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor possuía dos arquivos e dos arquivistas. Os arquivos são objetivos,

² Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

neutros, invisíveis e passivos; o arquivista é compreendido como um guardião dos documentos, o documento arquivístico é entendido como um resíduo natural da atividade administrativa, imbuído com uma única verdade, que cabe ao historiador e ao arquivista-historiador, entendê-la. O arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX, e utilizado o trabalho desenvolvido na Holanda como base para elaboração do seu livro.

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, a mesma perspectiva. (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). “Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como de uma árvore ou de um animal”. Jenkinson acreditava, ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra “coleção”

deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos. Continua: “Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido”. No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

A santidade da prova e verdade do documento arquivístico, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, colocam o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da avaliação e da construção de uma visão mais crítica e menos passiva aos arquivistas-historiadores do início do século XX. Porém, a "santidade da prova" encarado-a como uma posição enunciativa remetendo ao discurso da Arquivística, nos diz que a disciplina está endossando o positivismo histórico e aplicando-o profissionalmente nos arquivos, levando os sérios desdobramentos teóricos para disciplina, à medida que a proveniência é entendida a partir de uma única perspectiva; à do órgão criador e do seu sistema de arquivamento, limitando as possíveis

narrativas e visões dos usuários diretos e indiretos destes arquivos.

A partir da década de 1950 é iniciado um movimento de ampliação profissional, ainda que, em essência, a perspectiva do positivismo histórico permaneça na prática e teoria arquivística. Segundo Stapleton (1983), Theodore Schellenberg assumiu a responsabilidade do recém-criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, responsável pela custódia de dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável não só nos Estados Unidos, mas na Grã-Bretanha, Canadá e Austrália, dentre outros, por um aumento considerável na produção de documentos jurídico-administrativos de órgãos que foram extintos no pós-guerra aumentando os depósitos dos Arquivos Públicos e Nacionais consideravelmente. Cook complementa essa assertiva:

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdaram uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, o

crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente. (COOK, 1997 p.10, *tradução nossa*)

Este fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano, canadense, dentre outros, Hillary Jenkinson (1922 e 1949) começa a ser refutado, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e a um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve, já que era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, "a fina arte da destruição" (1962), como enuncia W.K. Lamb e nos livros publicados por Schellenberg durante as décadas de 1950 e 1960.

É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos, Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta nesta perspectiva, segundo Ridener (2009) passa a ver os arquivos, com uma ótica mais relacionada a gestão – que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários

problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

A avaliação irá inaugurar um novo campo para o desenvolvimento de políticas e técnicas relacionadas à seleção e disposição dos documentos arquivísticos, expandindo as relações discursivas da arquivista para além do campo historiográfico e a partir deste momento a disciplina irá desdobrar-se e expandir-se, estabelecendo intersecções prático-teóricas, com uma gama institucional maior.

A arquivística na década a partir da década de 1980: o Brasil e o Canadá.

As décadas de 1980 e 1990 representam um momento diferente para a Arquivística à medida que os documentos eletrônicos começam a tomar a cena e os arquivistas percebem a necessidade de revisão e redefinição das políticas e métodos aplicados aos documentos tradicionais e aos recém criados documentos eletrônicos.

É perceptível, na realidade documental Norte Americana e Europeia, uma diversificação e uma pluralização das obras voltadas não só às questões relacionadas aos documen-

tos eletrônicos, mas a revisão, ora sob uma ótica conservadora, ora sob uma ótica inovadora sobre o papel dos arquivistas, dos arquivos e da organização, avaliação e uso dos mesmos e o aumento da profissionalização dos arquivistas. (Nesmith, 2004)

No cenário Latino Americano os anos 1980 e os anos 1990 representam o aparecimento e aumento de instituições arquivísticas, da profissionalização dos arquivistas e dos cursos universitários voltados para o ensino e pesquisa voltados para a teoria e práticas Arquivísticas.

No caso brasileiro, o desenvolvimento teórico da Arquivística caminha entre as tradições Norte Americana e Europeia em maior ou menor grau dependendo época e do contexto em que se discute. A Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, em grande parte pelas características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro como aponta Jardim (1994 e 1999), que culminaram com uma falta de incentivo político e fiscal.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da Arquivística

Brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente a partir do final dos anos 1950, com a visita de pesquisadores internacionais, quer seja para a emissão de pareceres a respeito da situação dos acervos ou para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática Arquivística.

Entre 1995 – 2012 é possível perceber uma aproximação com as correntes teóricas ao redor do globo com a vinda de pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas ou estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense, dentre os pesquisadores podemos destacar: Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, dentre outros pesquisadores advindos da teoria e prática canadense.

Assim, é possível dizer que, as décadas de 1980 e 1990 foram a época da institucionalização dos arquivistas enquanto profissionais especializados e dos arquivos enquanto instituições culturais e de gestão.

O momento econômico e político do país têm um reflexo profundo nessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, uma vez que o acesso e uso dos documentos públicos fazem parte de uma sociedade que em princípio se estabelece como democrática.

Os anos 1980, no Canadá, foram marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e a descentralização administrativa e institucional, e também do estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística. Porém, se o percurso da Arquivística foi, nesse período, especialmente no caso canadense, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado a história e administração, a década de 1980 foi a época da revisão e da reconstrução de paradigmas e um dos grandes responsáveis por isso, dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Os anos 1980 representam na realidade Norte Americana o início de uma crise profissional e teórica, à medida que os documentos eletrônicos iniciam um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações. Como bem coloca Berman (1989, p.55, *tradução nossa*)

"Ocasionalmente uma revolução introduz novas formas de comunicação, e com elas novas definições do conteúdo informacional que eles cobrem".

Também é um momento de rearranjo não só de relação dos Arquivos e a Administração, mas também um momento de rearranjo da sua relação com a História, a realidade da historiografia, já não era a mesma daquela presente nas décadas de 1960 e 1970 e isso levava a uma intensificação desta crise.

Hugh Taylor irá buscar em seu trabalho reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais, ele vê problemas graves na gestão de documentos:

O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração [...]. (TAYLOR, 1984, p.28, tradução nossa).

A sua perspectiva tinha por trás os estudos de Marshall McLuhan, filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) irá apontar também que seria necessária uma maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação, destacando que o foco das ciências humanas, sociais, artes, ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia, não é mais nos documentos históricos em si mesmos, mas a herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora, busca desmitificar preceitos preestabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações em nossa custódia." (TAYLOR, 1984, p.30, *tradução nossa*). Assim, Taylor irá desencadear a partir da década de 1980 um novo movimento de revisão e redefinição e de um rearranjo mais crítico das práticas arquivísticas.

Taylor (1984 e 1993) sugere que não existe separação entre os documentos "correntes" e "arquivísticos" e que existia a necessidade de treinamento e integração entre ambos, à medida que os departamentos e usuários

gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação arquivística.

Para o autor,

Enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da história como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provinham a maioria das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação (TAYLOR, 1993, p.210, tradução nossa).

Porém, Taylor (1993, p.210, *tradução nossa*) pondera que o arquivista deve seguir seu próprio caminho e não cair no mundo dos cientistas da informação – “Nós devemos ser cuidadosos com a sirene do hipertexto nos atraindo aos recifes da proveniência perdida”.

Sua posição é de buscar relações com outras profissões, mas manter a independência teórica da Arquivística, que se de um lado têm-se os cientistas da informação, que se encontravam em ascensão nos Estados Unidos na década de 1990, do outro existia os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade Arquivística como à aplicação com bases de dados e hipertextos.

À medida em que a ACA (Association of Canadian Archivists)

apresenta-se como uma Associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos, inicia-se também o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores, uma vez que no Canadá, em contraponto ao Brasil, manteve por décadas uma relação direta com os historiadores e o campo historiográfico.

Esta percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1984, 1988 e 1993) e outros como Eastwood (1985). O estudo da história deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável, a relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta, de um lado o historiador, voltado ao estudo a relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente, do outro o arquivista, responsável por facilitar o acesso, avaliar e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Taylor (1984) apesar de não defender o que ele chama de “profissionalização” do arquivista, como um profissional independente e fechado em si mesmo, ele defende que cada vez mais a abordagem histórica aos arquivos parece ser mais restritiva, o que causa problemas para avaliação e descrição, que deve contar com uma

gama maior de conteúdos para a sua elaboração, uma abordagem mista entre o universo da gestão e o universo historiográfico.

Os anos de 1980 e 1990 representam uma mudança de foco da Arquivística no Canadá, e começam a existir divergências, onde diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e dar acesso aos documentos. Ainda, é também uma época do aumento do débito federal e a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público³ começa a ficar escasso, Millar (1998) e Taylor (1984).

Os *arquivos totais*, política que permaneceu na prática arquivística canadense durante os anos 1970 início de 1980, enquanto política de aquisição de documentos, deixarão de ser o fundamento básico à medida que sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros, isso pode ser constatado quando o *Canadian Council of Archives* criado em 1985, como parte da

³ Na atualidade *Library and Archives Canada* é uma instituição federal, adquirido, preservando e dando acesso ao patrimônio cultural canadense, combinando o Arquivo Público do Canadá(fundado em 1972, renomeado Arquivos Nacionais Canadenses em 1987 e a Biblioteca Nacional(fundada em 1953). Ver em LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. << <http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html> >> Acesso em 20 de Março de 2013

iniciativa de construção de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os Arquivos Provinciais, criando comitês e relatórios⁴ voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição dentre outras atividades. Nem chegam a citar a política, era o momento realmente de revisão e redefinição da prática, que leva os reflexos latentes na teoria Arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1998) afirma que a política nacional em arquivos passa dos *Arquivos Totais*, para a busca por um sistema nacional de arquivos que, de certa forma, irá levar ao um desenvolvimento de políticas de maneira mais coordenada entre os arquivos públicos do país.

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática arquivística canadense deve-se também ao fato do aumento irreversível da descentralização administrativa, levando a mudança em como as instituições públicas e privadas irão constituir-se. Para Taylor (1993) a tendência seria de

⁴ Ver em CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: <<<http://www.cdnouncilarchives.ca/intro.html> >> Acesso em 20 de Janeiro de 2013

essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

É neste período, mais precisamente em 1986, que foi editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos: a RAD (*Rules for Archival Description*), que servirá como uma das bases para a formulação da norma do ICA (*International Council on Archives*) na década de 1990, aplicada na atualidade em uma série de países, inclusive no Brasil.

A partir dos anos 1980 e 1990 a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa à medida que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se.

O surgimento da *macroappraisal* enquanto uma política de avaliação documental e a resignificação do conceito de proveniência, na realidade canadense e australiana, irão provocar mudanças profundas no cenário teórico e prático da disciplina, Arquivística funcional ou pós-moderna, baseando-se nos estudos de Nesmith, Cook e Taylor. Segundo Cook,

em um resumo de uma sentença a *macroappraisal* refere-se ao valor social de ambos os contextos funcionais e estruturais e a cultura organizacional em que os documentos são criados e usados por seus criadores e a relação entre os cidadãos grupos, organizações – ‘o público’ – desse contexto estrutural e

funcional. (COOK, 2005, p.111, tradução nossa)

A avaliação é entendida como uma política contextualizada pelo seu valor social, “*Macroappraisal* envolve um teoria para determinar o valor dos documentos e uma nova prática de criar (estratégia, metodologia e critérios) para implementar a avaliação, que determina o valor” (COOK, 2005 p.112, tradução nossa).

A *macroappraisal* envolve a decomposição dos fundos documentais em funções e a triangulação da relação que estabelece entre o produtor de documentos, o cidadão e o que Cook chama de *hotspots*, que são áreas de conflito entre as esferas de valor que se estabelecem entre os cidadãos e a instituição documental.

É possível, baseando-se na trajetória descrita ao longo deste artigo, que a Arquivística em seu percurso histórico e conceitual tem filiado-se a um conjunto conceitual e profissional diverso, a fim de buscar responder as demandas sociais e institucionais. Passou de um estágio embrionário relacionada ao positivismo histórico do século XIX e tem buscado partir dos últimos 30 anos, deixá-lo no passado e

se relacionar com a história e outras áreas de maneira menos subserviente.

Considerações finais

A Arquivística, ainda que uma área recente, apresentou durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, saltos teóricos e práticos, à medida que ocorriam mudanças institucionais, sociais ou como começa a ocorrer a partir da década de 1980 mudanças paradigmáticas, uma vez que o campo entra em crise, quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos. Elevam os rearranjos metodológicos e o desenvolvimento de novas políticas, que como no caso da *macroappraisal*, que busca preservar de maneira mais eficiente documentos considerados fundamentais, para os direitos e deveres fundamentais, de uma determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área, a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas e advindas de países europeus,

por exemplo, a Arquivística ocupa uma posição privilegiada na atualidade. Especialmente, nos países emergentes e recentemente redemocratizados, como o Brasil, África do Sul, dentre outros, que podem, sob a égide do percurso recente da Arquivística, apresentar novas maneiras de dar acesso e legitimar os direitos recentemente adquiridos.

Apresentaram-se algumas considerações com um viés histórico, a respeito do percurso da Arquivística, à medida que, essa é uma das características fundamentais da *Análise do Discurso*. Que pode contribuir para desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber, posições ideológicas ocupadas em uma determinada conjuntura e pode-se focar em uma determinada instituição ou em determinada política, ou em um determinado grupo social que percebe o arquivista ou o desprezaria.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria arquivística é algo fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional, criticando e explorando o passado de como a Arquivística fundamentou-se, reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da

memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e teoria relacionada aos arquivos – os caminhos do discurso. Um arquivista que conhece a história de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de sua atuação.

Referências

BRANDÃO, N.H.H. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES:

<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intr.o.html>> Acesso em 20 de Janeiro de

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. 500p.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v.43, p.18-63, Spring 1997.

_____. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000 **Archival Science** n.5, 2005 p.101-161

EASTWOOD, T. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. **Archivaria**, n.21, p.186-90, Winter 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997

HOBSBAWM, E.J. **A revolução francesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American Archivist**. n. 66, Winter/Spring, 2003. p.249-270

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

JARDIM, J.M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1996.

JARDIM, J.M.; FONSECA, O.M. **A Formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JENKINSON, H. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton, 1980.

_____. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LAMB, W.K. The Fine Art of Destruction. In: Albert Hollaender, ed., **Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson**: Chicago, 1962

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. <

<http://www.collectionscanada.gc.ca/ind-ex-e.html> > Acesso em 20 de Março de 2013

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada **Archivaria** n.46, p.103-46, Fall 1998.

NESMITH, T. What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, **Archivaria**, 57 (Spring 2004).

_____. **The Foundation of ACA.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <thiagobarros@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

ORLANDI, P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

PÊCHEUX, M. **Discurso:** Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008

RIDENER, J. **From polders to postmodernism:** a concise history of archival theory. Litwin Books: Duluth, 2009

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, **Archivaria**. N.17, fall 1983 p 65-85

TAYLOR, H. Information ecology and the archives of the 1980s. **Archivaria**, n.18, p. 25-37, Summer 1984.

_____. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. **American Archivist**, v.51, n.4, p. 456-69, Fall 1988.

_____. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. **Archivaria**, n.35, p. 203-13, Spring, 1993